Midiatização do Jornalismo na Perspectiva da Ecologia da Mídia

Luciana Menezes Carvalho
Eugenia Maria Mariano da Rocha Barichello
Universidade Federal de Santa Maria

Palavras-chave: midiatização; Ecologia da Mídia; Teoria Ator-Rede; jornalismo digital.

RESUMO EXPANDIDO

O trabalho tem por objetivo apontar as principais transformações do jornalismo no cenário da midiatização, em que os meios se relacionam em um ecossistema marcado por rupturas e adaptações. Para tal, é apresentada a perspectiva teórica da *Media Ecology*, com destaque para a definição de meio em MCLuhan. A ideia de que os meios produzem alterações importantes na sociedade, através de agenciamentos sociotécnicos, é discutida em uma aproximação conceitual entre a Ecologia da Mídia e a Teoria Ator-Rede.

Para compreensão do ecossistema de meios que se configura no cenário digital, é desenvolvida uma reflexão sobre o processo de midiatização decorrente das gramáticas e protocolos culturais de alguns meios na interação com seus usos e apropriações sociais.

Mais que uma metáfora da Biologia aplicada ao estudo da Mídia, a *Media Ecology* propõe um quadro teórico-epistemológico amplo para a pesquisa na área, podendo ser renovada na atualidade com novas categorias que surgem das transformações no sistema midiático digital. Scolari (2010, 2015) resume os pressupostos desse paradigma em duas ideias centrais: os meios de comunicação constituem um entorno (o *medium* como ambiência) que modifica a percepção e a cognição; e os meios são as espécies que vivem em um ecossistema e estabelecem relações entre si e com os sujeitos que nele interagem.

O termo ecossistema (do grego, *oikos*) refere-se ao ambiente no qual se vive. Foi utilizado inicialmente pelo botânico inglês Arthur Tansley, em 1935, tornando-se conceito central nos estudos biológicos com foco na perspectiva ecológica. Com o tempo, foi adotado pelas áreas da educação, administração e informática (GHEDIN e ZANOTTI, 2014). No jornalismo, a expressão foi utilizada por Alsina (2010) para se referir ao processo sistêmico de construção dos acontecimentos.

Na comunicação midiática e no jornalismo, uma série de autores tem utilizado a expressão ecossistema midiático para se referir às reconfigurações no ambiente dos meios de comunicação promovidas pela internet e as tecnologias digitais (LASICA, 2003;

BOWMAN & WILLIS, 2005; DEUZE, 2006; NAUGHTON, 2006; HERMIDA, 2010; CANAVILHAS, 2010, 2011, 2013; DREYER, CORRÊA, 2013; CARVALHO, RUBLESCKI, BARICHELLO, 2014).

A noção de ecossistema aplicada à mídia relaciona-se diretamente com a concepção biológica, pela qual as modificações em cada meio ou no ambiente interferem no conjunto e impactam também nas partes que o constituem. A noção é central para se compreender as transformações que os meios digitais operaram sobre a sociedade e, no caso específico desta pesquisa, sobre o jornalismo.

A ideia de que os meios criam ambiências ou entornos e constituem gramáticas próprias está presente em alguns sentidos dados por McLuhan ao conceito de *médium*, pelo qual o autor canadense estaria chamando atenção para a importância dos efeitos que os meios podem produzir nos indivíduos e na sociedade, transformando a cultura. Na época, o autor enfatizava a necessidade de os estudos sobre os efeitos dos meios eletrônicos superarem a limitação aos conteúdos das mensagens e darem destaque também aos efeitos causados pelos aspectos significantes dos meios em si, que deveriam ser observados como uma nova linguagem que transforma a cultura.

A ideia de que os objetos, dentre eles as tecnologias de comunicação (os meios), também atuam nas interações, configurando-as e interferindo no modo como os sujeitos são construídos socialmente, encontra eco nos pressupostos da Teoria Ator-Rede (TAR), ANT em inglês. A TAR surgiu nos anos 1980, com a proposta do estudo das associações entre aspectos heterogêneos – tecnológicos, legais, organizacionais, políticos e científicos.

Na TAR, os objetos, assim, nem sempre podem ser tomados como meros intermediários neutros nas associações com os humanos, como as primeiras teorias da comunicação chegaram a caracterizar o canal ou suporte. Quando interferem na ação, como atores, os objetos tornam-se mediadores. Da mesma forma, para a TAR, as instituições são resultado de associações sociotécnicas, "[...] são papéis, ordenados mais ou menos precariamente segundo certos padrões, desempenhados por pessoas, máquinas, textos, prédios [...]. Assim, quando a teoria ator-rede explora o caráter de uma organização, ela o trata como um efeito ou uma consequência – o efeito da interação entre materiais e estratégias da organização." (LAW, 1992, p. 5-9).

Desta forma, uma organização jornalística está sempre em transformação, sofrendo a influência dos *actantes* humanos e materiais de seus processos de

agenciamento sociotécnico. A mudança em um dos elementos de sua atuação, como uma tecnologia, altera o processo todo, em uma perspectiva alinhada com a TAR.

Ao pensar os meios como extensões humanas, McLuhan estava atribuindo às tecnologias o seu caráter humano, social (STRATE, 2008), em uma perspectiva que pode muito bem ser aproximada dos pressupostos básicos da TAR, como já tentado por Stalder (1997).

A aproximação entre as duas perspectivas teóricas, no entanto, não é consensual. André Lemos (2012) defende que a TAR pode ser considerada herdeira da teoria ecológica de McLuhan, mas ressalva que a teoria das associações vai além, em função do papel atribuído aos atores não humanos nos agenciamentos entre sujeitos e tecnologias. A novidade da TAR em relação à noção mcluhaniana de extensões estaria na ênfase dada à equidade entre actantes humanos e não humanos.

Segundo Lemos (2012), a ideia de extensão coloca os meios como objetos exteriores aos sujeitos, enquanto em Latour (2008) não existe relação hierárquica entre eles: todos são híbridos. O autor ressalva, ainda, que a ideia de extensão seria insuficiente para explicar a hibridização que ocorre entre humanos e tecnologias na constituição do social.

Ainda que seja pertinente a ressalva dada por Lemos em sua leitura da TAR, pode-se defender que McLuhan não foi, assim, tão impreciso ao utilizar a metáfora da extensão e, por isso, pode-se partir de sua ideia de *medium* para compreender as associações que ocorrem, na atualidade, entre as organizações jornalísticas e as denominadas mídias sociais digitais.

A ideia de extensão, em McLuhan, não diz respeito a um entendimento de meio como canal neutro utilizado para difusão das mensagens, mas a um mediador que, ao intermediar, interfere nos processos comunicacionais, junto com a ação dos atores humanos. Na perspectiva da ecologia dos meios, as tecnologias também só adquirem o caráter de meios/mídias a partir das associações entre suas potencialidades tomadas como produtos sociotécnicos e os usos dados pelos usuários em determinados contextos. Nem sujeitos humanos nem objetos técnicos são neutros ou predeterminados; tudo depende do contexto em que eles se encontram e se associam.

A ideia de que os *actantes* humanos e não humanos são híbridos, defendida pela TAR, está subentendida em McLuhan quando afirma que o conteúdo de um meio é sempre outro meio e seus usuários – ou seja, este conteúdo manifesta-se no agenciamento

entre *actantes* humanos e não humanos, gerando gramáticas e lógicas próprias, resultados dessas associações.

A noção de gramática aproxima-se da ideia de protocolo cultural proposta pela historiadora da mídia Lisa Gitelman (2006). Em sua definição, os meios são compostos por estruturas com suas formas tecnológicas e seus protocolos associados, por meio dos quais a comunicação é uma prática cultural. Assim, protocolos expressam relações sociais, econômicas e materiais que se relacionam a um meio.

Algumas tecnologias de comunicação, no entanto, atuam apenas na distribuição ou armazenamento de conteúdos, como uma antiga fita K7 ou um player de VHS, ou mesmo um *pendrive*. Essas tecnologias, ainda que associadas à comunicação, podendo ser atuantes em uma associação sociotécnica, interferindo nas relações, em geral não chegam a constituir-se em meios, no sentido mcluhaniano, por não contarem com protocolos culturais mais complexos.

Por envolver protocolos culturais de uso social, os meios possuem maior importância histórica, chegando a representar rupturas na sociedade, como foi com a imprensa (considerada a máquina que criou a modernidade), o telégrafo (ao qual se atribui a invenção do *lead* do jornalismo), o cinema, a fotografia, rádio e a televisão (responsáveis pela constituição de uma sociedade de consumo massivo), e atualmente com a internet e as tecnologias digitais (que vem reconfigurando a sociedade em diversos aspectos).